



Robert Weiser
L'Age
Chêne

MARIO
do
SA-CARNEIRO

CARLOS DE OLIVEIRA
RISIO JESQUINHO



le Vingt
ANTISE
Monde
ANOTHER
COUNTRY
2005

DAVID
MOLLETO
MARRERO

ESTETICA

Título: Leituras de Eduardo Lourenço

Coordenação: António Pedro Pita

Autores: António Pedro Pita; Celeste Natário; João Dionísio; João Tiago Lima; Maria Manuela Cruzeiro; Margarida Calafate Ribeiro; Nazir Can; Roberto Vecchi; Sérgio Fernando da Silva Costa; Vincenzo Russo

Fotografias: Rui Jacinto

Fotografia da capa: Rui Jacinto

Preparação e revisão da edição: Alexandra Isidro e Ana Margarida Proença

Centro de Estudos Ibéricos

Rua Soeiro Viegas n.º 8

6300-758 Guarda

cei@cei.pt

www.cei.pt

Âncora Editora

Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.

1350-179 Lisboa

geral@ancora-editora.pt

www.ancora-editora.pt

www.facebook.com/ancoraeditora

Capa e pré-impressão: Âncora Editora

Impressão e acabamento: Gráfica Diário do Minho

1.ª edição: Maio de 2024

Depósito legal n.º 532245/24

ISBN: 978 972 780 935 6

ISBN: 978 989 8676 44 3

Edição n.º 55002

O Centro de Estudos Ibéricos respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas.

A opção ou não pelas regras do novo acordo ortográfico é da responsabilidade de cada autor.

Apoios:



LEITURAS DE EDUARDO LOURENÇO

Coordenação de
ANTÓNIO PEDRO PITA

Eduardo Lourenço – uma carta a Portugal

Margarida Calafate Ribeiro

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Deste naufrágio de uma raça toda a gente se lembra, exceto os portugueses. Das epopeias que perduram neste país tão folclórico de história nem uma página o relembra. A História trágico-marítima é a dos portugueses devorados pelo mar e pelos selvagens. Este espantoso silêncio esconde a aventura colonial, a mais pura de toda a história. Tão pura que hesitamos chamá-la colonialista. E, no entanto, ela é certamente uma entre outras, a primeira e a última ainda de pé, sob a indiferença dos trópicos e o esquecimento do mundo. Este esquecimento faz-nos pensar, mas explica-se. Portugal não foi o único país a deixar-se esquecer desta maneira. No tempo das Grandes Descobertas a importância cósmica desta aventura escondia aos olhos da Europa o colonialismo nascente. Mais tarde, a mesma Europa teve também demasiado interesse em esconder, em conjunto, este colonialismo.

Eduardo Lourenço⁶

Com alguma facilidade, mas também com seguro rigor podemos ler a obra de Eduardo Lourenço como uma longa carta a Portugal. É uma escrita e uma interrogação constantes: Portugal interroga Eduardo Lourenço e Eduardo Lourenço interroga Portugal. E o ensaísta fá-lo a partir de alguns elementos constantes: a literatura, enquanto representação dialética da realidade de uma comunidade, e que é para o ensaísta o grande “arquivo

6 Este artigo resulta da investigação realizada no âmbito do projeto de investigação *MAPS – Pós-memórias Europeias: uma cartografia pós-colonial*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT – PTDC/LL-T-OUT/7036/2020). O projeto está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e é coordenado por Margarida Calafate Ribeiro. Uma versão anterior deste artigo foi publicada na revista *Seara Nova*, n. 1764, Outono 2023, <https://searanova.publ.pt/2023/11/16/eduardo-lourenco-um-dialogo-com-portugal/> Eduardo Lourenço, “Colonialismo e boa consciência – o caso português”, in *O Colonialismo como nosso impen-sado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), p. 347.

da nação”; a história, e, em particular, a história de Portugal, desde a quase paradoxal fundação da nação portuguesa marcada por uma “intrínseca fragilidade”, nas palavras do ensaísta, à aventura marítima que tornou Portugal vanguarda da Europa, desde a excêntrica perda do Brasil em 1822 ao momento do 25 de Abril de 1974; e, finalmente um terceiro elemento, a experiência vivida, o seu tempo, o seu contemporâneo do Portugal salazarista e do europeu do pós Segunda Guerra Mundial, a partir de alguém (ele próprio) que está sempre dentro mas aparentemente fora de tudo. É esta posição que faz de Eduardo Lourenço um ser absolutamente livre para pensar, ver e escrever a sua obra vastíssima, escrita “à face do mundo”, para usar as palavras de Padre António Vieira, de que era leitor ativo e circunspecto.

A literatura é a sua paixão e o centro orgânico do seu pensamento vem da análise da literatura, o que oferece uma coerência e unicidades raras numa obra que pela sua diversidade temática teria tudo para poder ser lida como dispersa e fragmentária. Mas não se pense que se trata de um crítico literário, no sentido académico ou jornalístico do termo. A sua forma escrita de comunicação é o ensaio, ou seja, aquela forma que melhor serve um pensamento que se procura, pela vida e pela escrita, como lhe ensinou o seu mestre Sílvio de Lima e, acima de todos, Montaigne.

O seu método é a heterodoxia, como aprendeu desde Coimbra enquanto aluno de filosofia, vivenciando a sua juventude, ávida de conhecimento num país fascista e uma oposição marxista e de expressão literária e visual neo-realista. Por isso, também heterodoxia, um saber simultaneamente “indisciplinado” e rigoroso, passe o só aparente paradoxo, exposto em 1949 em *Heterodoxia*, e era a Europa em que se/ nos queria situar, era com a Europa que queria dialogar a partir da vanguarda e da margem que era Portugal. Vanguarda por Portugal ter sido a cabeça da Europa num momento pioneiro da história da Europa que se lança na descoberta de outros mundos para si no século XVI; margem pela situação geográfica de extrema Europa em que se tornou também como história e, em particular no momento histórico do desenvolvimento de Eduardo Lourenço como pessoa e pensador, um país encerrado numa ditadura, pobre, longe dos movimentos do mundo e da Europa.

Os saberes ativados por Eduardo Lourenço para a reflexão sobre Portugal são múltiplos, bem como os seus autores, mas é clara a revisitação incessante daqueles que empreenderam com o Portugal que lhes foi contemporâneo um grande diálogo interpretativo – Luís de Camões, Vieira, Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes e depois Pessoa e os seus contemporâneos: Miguel Torga, Vergílio Ferreira, os próprios neo-realistas, os presencistas, Cardoso Pires, Maria Velho da Costa, António Lobo Antunes, Lídia Jorge, José Saramago, Gonçalo M. Tavares e todos os poetas. Une-os a todos estes escritores, escritoras e poetas a forma como através dos seus tempos discutiram e analisaram Portugal nas suas obras.

Para Eduardo Lourenço e, na verdade para todos nós, a existência de um povo é intrinsecamente histórica, ou seja, a realidade Portugal, França, Itália, Espanha declina-se a partir de uma história comum, de muitas memórias e de vários mitos. Nesse sentido a identidade é um atributo de uma existência histórica que muda e que se reelabora pelo contemporâneo. É nesse sentido que falamos de identidade, uma reflexão traçada a partir de algumas constantes, que produz imagens e mitos, ou seja, produz imagens da história. É assim que Eduardo Lourenço utiliza o conceito de hiperidentidade. É antes de mais um conceito irónico, que surge num contexto de enorme mutação em Portugal – queda da ditadura, fim da Guerra Colonial, fim do império, democratização –, mas em que, apesar de tudo, parece não haver dúvidas sobre o que é ser português, ou seja, Eduardo Lourenço não nos encontra problemas de identidade. Mas encontra sim problemas de identificação, ou seja, de imagem. Esta reflexão percorre toda a sua obra das mais variadas formas, mas podemos dizer que no ensaio “Portugal Identidade e Imagem”, Eduardo Lourenço realiza uma síntese, no sentido em que é talvez o texto em que o ensaísta mais clara e sucintamente explica a “questão” Portugal e a imagem da história. E a “questão” Portugal redonda também na certeza que, desde 1958, o persegue: a de que não é possível compreender Portugal sem compreender a sua dimensão imperial, ou seja, essa outra história de Portugal, sempre presente, mas raramente nomeada e assumida, a partir da qual se ativa um dispositivo de imagens da história, ou seja, de mitos. É na sua estadia no Brasil, como professor na Universidade da Baía, em 1958-59, onde essa história imperial e as suas heranças se tornam uma evidência concreta no país que é o Brasil, que chega a esta conclusão:

“Curiosamente estamos nos anos 58-59 e esse é um momento em que no mundo, em todos os continentes, se verificava o fim das descolonizações. E evidentemente percebi que Portugal estava metido numa encruzilhada por estar à beira de um precipício num ponto de vista da perda dos interesses coloniais, uma vez que Angola e Moçambique caminhavam para uma emancipação inevitável. Mas em Portugal ninguém queria realmente saber disso. Foi aqui no Brasil que, paradoxalmente, comecei a interessar-me por este tema do império, da colonização, e no fundo foi aqui que nasceu a ideia de que não se podia ter uma leitura da história portuguesa, da cultura portuguesa, sem conhecer esta outra parte do que tinha sido o império português. Em última análise, portanto, todo o *arrière plan* do *Labirinto da Saudade* tem a ver com a minha estadia na Bahia [...]”⁷

7 Eduardo Lourenço, <https://www.eduardolourenco.com/biografia/1958-Brasil.html>. In “A Miragem Brasileira” entrevista por Rui Moreira Leite, cf. *Colóquio/Letras* “Eduardo Lourenço – uma ideia do mundo”, nº171, maio/ agosto 2009, pp. 296 e sgs.

Para quem teve o privilégio de passar tardes na sala da Biblioteca Nacional⁸ onde está depositado o espólio de Eduardo Lourenço, tendo assim acesso a várias versões de conhecidos textos, ou de versões iniciais de muitos textos fundamentais da obra de Eduardo Lourenço, é notória a sua preocupação, desde o final dos anos 50 do século passado, com o problema colonial português. E, por isso, é para mim tão assinalável que numa versão, em francês de um dos seus textos de reflexão sobre esta questão, posteriormente publicado na revista *Esprit*, e intitulado *O Labirinto da Saudade* haja a sinalizável intenção de uma modificação⁹. Indicado a lápis está uma outra palavra no lugar de saudade. Era o Labirinto da Colonização. É que a questão colonial era, como bem nos explica Eduardo Lourenço desde os seus textos iniciais sobre a questão colonial portuguesa, datados dos anos 1960, um verdadeiro labirinto. E como frente a qualquer labirinto, real ou simbólico, a pergunta imediata era: como sair daqui? Primeiro a partir de uma reflexão profunda sobre o que era o colonialismo português na realidade e na imaginação da nação e, de seguida, avaliar o que é que foi o colonialismo para o regime salazarista que o manteve até ao final caminhando para a decisão mais radical de o /e de se manter, dando o início a uma resposta armada ao longo de treze anos. Como é que estes dois temas – Salazarismo e colonialismo – a partir de então ligados de uma forma indissociável se tornaram os dois impensados do regime e dos portugueses, de acordo com Eduardo Lourenço?¹⁰ Em “Situação Africana e consciência nacional” escrito, como já sublinhado, entre 1961-63, portanto logo no início da guerra colonial em Angola, o pensamento é claro, e o desafio está lançado.

“A nossa consciência nacional hipertrofiada, nosso refúgio durante séculos em que a História nos deixou ser os “colonizadores inocentes” que nós somos, tornou-se de repente nossa inimiga. E duplamente inimiga. Foi ela que nos cegou para a visão de uma fragilidade de senhores de império, talvez não grande para heróis de Quinhentos, mas terrível para os herdeiros moles da sua energia, ou melhor, da sua clarividência, com raros amanhãs semelhantes aos que durante

8 Agradeço o olhar atento, cooperante e dialogante do organizador inicial de todo este arquivo, João Nuno Alçada e a cumplicidade de investigação do meu colega Roberto Vecchi.

9 O artigo foi publicado num dossier intitulado “Le Portugal – aspects d’une démocratisation” na revista *Esprit*, em janeiro de 1979 onde encontramos dois textos de Eduardo Lourenço: “Le Labyrinthe de la Saudade”, pp. 58 a 61 e “Révolution avortée ou impossible”, pp. 26 a 32. O texto aqui publicado intitulava-se “Le Labyrinthe de la Saudade”, mas no manuscrito original pode-se ler por baixo da palavra Saudade a anotação do autor “Colonização”. Seria portanto de “Le Labyrinthe de la Colonisation”, 1979, mas foi publicado com o título original “Le Labyrinthe de la Saudade”, como indicação em nota que se tratava de um excerto do texto “Psychanalyse mythique du destin portugais”, de *Labirinto da Saudade*, Lisboa, Edição Dom Quixote, 1978.

10 Cf. Margarida Calafate Ribeiro, “Dois impensados” e Roberto Vecchi, “Impensado”, in Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, *Eduardo Lourenço – uma geopolítica do pensamento*, Porto, Afrontamento, 2023, pp 89-122.

séculos nos guardaram o Brasil e Angola. É ela que continua cegando-nos, sob a máscara de último dever épico, impedindo soluções que uma consciência à altura do que somos e podemos mais facilmente encontraria. Mas tal não admira, pois essa consciência hipertrofiada representou e representa a expressão apenas retocada de *uma fuga diante de nós mesmos*, que um Poder como o nosso é incapaz de remediar no que precisa e tem remédio, por ser ele próprio a sua acabada expressão política. O problema da colonização é o problema do País. Mostrá-lo, tentar percorrer o labirinto da consciência portuguesa atual e, em parte, da dos cinco séculos de que é herdeira, é precisamente a não pouco ambiciosa pretensão destas considerações. De antemão a teríamos rejeitado se outros, mais documentados e competentes, a tivessem tomado a sério como merece.”¹¹

Com compreender esta situação? Como chegamos aqui ? Quais são as imagens que esta realidade esconde ou oculta, treslê ou relê?

Camões é um caso sério para Eduardo Lourenço, primeiro pela sua genialidade, depois pela narrativa que cria no género literário mais nobre, uma epopeia, na verdade a primeira epopeia moderna europeia, construída a partir de um povo que desterritorializa o centro da epopeia do país natal, colocando-o no mar e fixando-o para sempre num vago Oriente, que tudo ou nada contém. Mas Camões introduz nesta celebração a dúvida renascentista em todo o seu poema¹². No final de cada canto semeia a dúvida sobre o valor do que ele próprio narra, faz um balanço, sobre o que se perde e o que se ganha: ama o conhecimento humano adquirido no cruzamento dos mares, mas entristece com a violência e desumanização que a aportagem nas novas terras traz aos navegantes; celebra as armas e as letras, mas aponta a corrupção; espanta-se com o Outro com quem não comunica, mas é dele que recebe as perguntas essenciais à sua própria identidade como fica patente na conversa com o Rei de Melinde, nas costas africanas de Moçambique, que sagra um diálogo entre o Ocidente e o Oriente e no qual Portugal (e a Europa que ali representava) se define:

– Os Portugueses somos do Ocidente,
Imos buscando as terras do Oriente.¹³

11 Eduardo Lourenço, “Situação africana e consciência nacional”, in *O Colonialismo como nosso impensado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), pp. 136-137.

12 Cf. Helder Macedo, *Camões e a viagem iniciática*, Lisboa: Abysmo, 2013; Fernando Gil, Helder Macedo, *As Viagens do Olhar – retrospectiva, visão e profecia no Renascimento Português*, Lisboa: Campo das Letras, 1998.

13 Luís de Camões, Canto I, 50, in *Os Lusíadas*, Lisboa: Instituto Camões, 1992. (Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro), p. 13, (1.ª edição, 1572).

Estes dois versos de *Os Lusíadas* resumem tudo – uma origem geográfica, uma religião, um poder, uma missão. É com Camões que Eduardo Lourenço dialoga sobre essa dimensão “compensatória”¹⁴ que o império ofereceu à “pequena casa lusitana”, para sempre descompensada e vertida em sucessivas crises. Praticamente desde o início do poema, o poeta intuiu a “desproporção grandiosa entre o agente e a acção”¹⁵ e, no final do poema, face a tantas terras avistadas e conquistadas, torna-se quase visual a percepção de que a grande epopeia que o poema celebra vai antropagizar a “pequena casa lusitana”, ou seja, Portugal e, no limite, vai antropagizar a Europa, que Portugal no poema representa. Foi assim no século XIX com a perda real do Brasil; foi assim com África, no século XX. Eduardo Lourenço identifica os tempos a que se seguem estes momentos como “ressacas imperiais”, ressacas traumáticas que levam ao questionamento da identidade portuguesa e do destino da nação. Assim foi no século XIX com Garrett e Herculano, assim foi com a Geração de 70, e no século XX, assim foi com a geração de Eduardo Lourenço.

Por isso, “Situação africana e consciência nacional”, escrito entre 1961-63, portanto pouco depois dos acontecimentos que conduziram à Guerra Colonial em Angola, mas publicado apenas depois do 25 de Abril de 1974, é um texto síntese de uma situação limite com a espessura de séculos. No século XX português dos anos 60 é um texto equivalente a “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares”, de Antero de Quental, na análise de fundo que empreende da cultura e da política portuguesas, depois da queda do Brasil e nos alvares do colonialismo moderno europeu que se desenhava em África. É a continuação deste pesadelo que é analisado em este texto “Situação africana e consciência nacional” e são estes os textos anteriores, que estão na génese de *O Labirinto da Saudade* e do conceito de hiperidentidade.

Neles se regista, de forma irónica, que Portugal não tem, à maneira europeia, das Franças, Itálias, Alemanhas os Inglaterras, problemas de identidade, no sentido de ter várias nações numa só que se identifica com o Estado. Mas mostram-nos bem que Portugal tem problemas de identificação, ou seja, e como referi, de imagem. E *O Labirinto da Saudade* é também o início dessa discussão na obra de Eduardo Lourenço, escrita face ao seu contemporâneo e do seu país, num particular momento de “aceleração da história”, que conjuga o fim da ditadura, o fim do império e da guerra colonial, a descolonização e o encontro de Portugal com a liberdade e a democracia. Os seus textos da época da revolução, publicados na imprensa, analisam com grande lucidez e acutilância crítica o que é que de facto

14 A expressão é recorrente na obra de Eduardo Lourenço. Cf. o desenvolvimento da ideia em “Situação Africana e Consciência Nacional”, em Eduardo Lourenço, *O Colonialismo como nosso impensado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), p. 134.

15 Eduardo Lourenço, *O Colonialismo como nosso impensado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), p. 130.

findava com o 25 de Abril e o que é que continuava, o que era recordado e o que era esquecido e a questão colonial permanecia como um enigma, um central não dito, um “segredo público” para recorrer à expressão de Michel Taussig¹⁶. Afirmo Eduardo Lourenço logo três meses após a revolução de 25 de Abril, em Julho de 1974 num texto publicado no *Diário de Notícias*: «é notório que uma parte da nossa classe política e a opinião com ela solidária (...) age como se o “pesadelo africano” tivesse terminado na manhã de 25 de Abril»¹⁷.

O *Labirinto da Saudade* nasce destas reflexões e a definição de hiperidentidade a que me referi e, no contexto em que aparece na obra de Eduardo Lourenço, é até de uma certa confrontação para que o país se pudesse desembaraçar de uma história pátria que tinha sido construída de forma acrítica, baseada em “descobertas” e heróis de uma narrativa infantilizada ou ligada aos discursos do ditador Salazar em que era criada uma realidade paralela à que realmente Portugal vivia: a de um país pobre, na cauda da Europa, envolto numa história colonial já fora do tempo provocando um atraso geral entre todas as populações que estavam sobre a administração portuguesa. Os tempos finais dessa obsessão imperial foram permeados por uma obsessão nacionalista em colaboração com um sistema racista na África Austral – a África do Sul do Apartheid – em luta contra a libertação dos povos¹⁸. O seu fim foi a “maior tragédia da nossa contemporaneidade”, nas palavras de Eduardo Lourenço, com o envolvimento de gerações de jovens de um lado e de outro numa guerra – a nossa Guerra Colonial a Guerra de Libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau – que comprometeu as independências das novas nações e levou à deslocação de milhares de pessoas.

A continuidade deste pesadelo na identidade e na intimidade portuguesa analisada por Eduardo Lourenço logo em 1976 em “Situação africana e consciência nacional”, escrito, como referido em 1961-63 portanto logo após os acontecimentos que levaram à Guerra Colonial em Angola, volta sucessivamente ao longo da sua obra em novos balanços reflexivos elaborados em ensaios de que destaco “Crise de identidade ou ressaca imperial”¹⁹ e “Do pesadelo azul à orgia identitária – trinta anos de política portuguesa”²⁰.

16 Michael Taussig, *Defacement: Public Secrecy and the Labor of the Negative*, Stanford: Stanford University Press, 1999.

17 Eduardo Lourenço, *O Colonialismo como nosso impensado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), p. 164. Publicado em *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976, pp. 77-89 e anteriormente em *Diário de Notícias*, 23 de Julho de 1974.

18 Cf. Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins, *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, Coimbra: Almedina, 2013.

19 Publicado inicialmente em *Prelo*, 1, outubro/ dezembro de 1983, pp. 15-22. Hoje disponível em Eduardo Lourenço, *O Colonialismo como nosso impensado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), pp. 273-284.

20 Publicado em *Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica*, 35, setembro de 2000, pp. 7-16. Hoje disponível em Eduardo Lourenço, *O Colonialismo como nosso impensado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), pp. 285-297.

Estes e muitos outros textos são já, e apesar de tudo, textos de alguma serenidade de alguém que há muito tinha intuído que sem termos sido brasileiros, não seríamos os portugueses que somos, da mesma forma que não seríamos os portugueses que somos hoje sem termos sido moçambicanos, angolanos, guineenses, cabo-verdianos, são tomenses. Ou seja, o tal mundo que o português criou na lógica analítica colonial e vertical de Gilberto Freire, que Eduardo Lourenço sempre questiona é, na análise do ensaísta subvertida e centrada antes, no mundo que criou o português. Mas esta é uma conclusão *a posteriori* de alguém que cedo percebeu que há muito as crises identitárias, políticas, económicas, financeiras, são acima de tudo e sempre, crises culturais portuguesas, em que o grande desafio visível ou paradoxalmente ausente, era a questão imperial, ou seja, esse Portugal outro que sempre ultrapassou e compensou a “pequena casa portuguesa” que Camões sempre viu ameaçada face à grandiosidade descoberta e conquistada.

O Labirinto da Saudade é portanto a primeira carta de Eduardo Lourenço a Portugal e aos portugueses. A partir de então as cartas a Portugal sucedem-se à medida que Portugal muda e, como é típico do género epistolar, a cronologia da escrita é central para esta proposta de leitura de uma obra escrita sob a forma de cartas dirigidas a nós portugueses nos nossos percursos, trilhos e margens.

Dez anos depois de *O Labirinto da Saudade, Nós e a Europa ou as Duas Razões*, de 1988, apresenta simultaneamente Portugal à Europa, e a sua complexa relação, mas rejeita a complexada relação com a Europa, mostrando que Portugal foi, ao longo da sua história, o país mais europeu do mundo; *Nós como Futuro*, 1998, escrito na altura da Expo 98 seria uma outra carta sobre como Portugal reimagina a sua modernidade europeia, com base na sua história marítima, sob o título “Oceanos: um património para o futuro”. Significativamente, e também no seu sentido imperial (ou pós-imperial) europeu, Eduardo Lourenço chamou à Expo 98 “a última festa da Europa”.

No ano seguinte, 1999, surge uma nova carta, muito mais longa e sofisticada, com o título *Portugal como Destino, seguido de Mitologia da Saudade*, ou seja, o que é o Portugal pós-império.

2005 regista um livro-carta-síntese escrito após os momentos das comemorações dos ditos “descobrimientos”, intitulado, *A Morte de Colombo ou o fim do Ocidente como mito*, ou seja do Ocidente como projeto, na linha do que nos disse Edouard Glissant: “O Ocidente não é um ponto geográfico, é um projeto”²¹.

Poderíamos aqui ver cinco cartas longas a Portugal, e mais outras tantas ao longo da obra do ensaísta escritas num “nós” tribal que compromete o ensaísta e nos converte a todos em comunidade, e, por isso, sempre com cuidado e, sobretudo, com amor e lucidez.

21 Edouard, Glissant, *Le Discours Antillais*, Paris : Le Seuil, 1995, p. 12.

Nesta lógica *Do Colonialismo como nosso Impensado* (2014) constitui uma nova proposta epistolar que reúne todas as outras e que reforça o que ao longo das já citadas cartas se define como a grande questão: Portugal, a questão colonial e as suas múltiplas heranças.

Quando eu e o Roberto Vecchi construímos com o Professor o que veio a ser o livro *Do Colonialismo como nosso Impensado*, republicado recentemente numa edição revista e aumentada, três imagens se colocaram diante de nós, imagens que de certa forma reafirmam tudo aquilo que vem sendo brevemente desenvolvido neste artigo: em primeiro, o impacto da estadia no Brasil, a vivência num país sob a herança colonial portuguesa, os contatos aí havidos, as publicações em *Portugal Democrático* e *Portugal Livre* e a escrita do texto “O Brasil Caução do Colonialismo Português”. O império surgia assim como evidência concreta no espaço do país Brasil, como herança e como ativo político, que aliás Eduardo Lourenço reanalisa e de certa forma confirma, cinquenta anos depois, pela altura das comemorações dos 500 anos do Brasil, em que a ausência nos textos comemorativos da palavra “Descoberta”, centro da mitologia portuguesa, lhe mostra que o ponteiro da História não bate na mesma hora para “descobridores” e “descobertos” e em que o Brasil assume os 500 anos como seus, assumindo portanto como seu o tempo colonial, mas rasurando contudo a sua inscrição Índia anterior aos ditos 500 anos²²;

mas ainda, e sempre em 1958, a segunda imagem é a da Europa, via França onde um outro colonialismo, o de um país luz na democracia europeia se explodia na Guerra da Argélia (1954-1962) e que o faz antever Angola, a “segunda Argélia”, nas palavras de Franz Fanon, como surge em textos escritos na altura, mas só publicados depois de 25 de Abril de 1974, em que se destaca “Situação Africana e Consciência Nacional”²³; e refiro aqui Frantz Fanon não apenas como citação, nem como teórico próximo de Eduardo Lourenço, mas para assinalar que a linguagem que Eduardo Lourenço utiliza nestes textos para descrever o colonialismo, a sua violência pública e íntima e os seus efeitos prolongados revelam uma proximidade de expressão com o psiquiatra e teórico da Martinica e depois

22 Cf. Eduardo Lourenço, “Quinhentos anos”, in *O Colonialismo como nosso impensado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), pp. 339-342.

23 Eduardo Lourenço, “Situação Africana e Consciência Nacional”, texto publicado em *Cadernos Critério*, 2, Venda Nova/ Amadora, 1976. Em nota nesta publicação, o autor regista: «Estas reflexões fazem parte de um ensaio escrito entre 1961 e 1963, e conservado inédito por motivos óbvios, dedicado ao problema do colonialismo português». Hoje disponível em Eduardo Lourenço, *O Colonialismo como nosso impensado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), pp. 109-155. A opção dos organizadores foi publicar neste capítulo os textos «Retrato (póstumo) do nosso colonialismo inocente I», anteriormente publicado em *Critério. Revista Mensal de Cultura*, 2, dezembro de 1975, pp.8-11. «Retrato (póstumo) do nosso colonialismo inocente II» foi publicado em *Critério. Revista Mensal de Cultura*, 3, janeiro de 1975, pp. 5-10.

da Argélia, em expressões que definem o colonialismo como por exemplo, a “empresa colossal de subordinação do corpo e alma alheia”²⁴;

finalmente, uma terceira imagem, uma terceira parte de *O Colonialismo como nosso impensado* que é dedicada às reflexões de Eduardo Lourenço sobre as heranças vivas desse ser imperial português hoje, em que se torna evidente o que teóricos do pensamento pós-colonial, irão designar de colonialidade, ou seja, a permanência, no espaço público, na política, na mentalidade do ethos colonial que fez da Europa o relógio do mundo e que marca ainda um dos tempos, certamente *melancólico*²⁵, do nosso mundo contemporâneo.

Shakespeare, mais uma vez a grande literatura, fará Eduardo Lourenço produzir o parágrafo síntese sobre o momento longo do que foi o colonialismo moderno europeu na história da humanidade, o seu final e dos seus prolongamentos e impactos hoje num tempo que designamos, e bem, de pós-colonial, porque já não é o mesmo, na ordem geopolítica do mundo, mas que reverbera ainda os seus efeitos sobre o nosso tempo político e sobre nós, como sujeitos biográficos e culturais desse tempo, que é já um tempo de heranças, e portanto de luto, como é o tempo de todos os herdeiros, de acordo com Derrida²⁶. Referindo-se a nós portugueses de hoje, explica:

“...será longo o caminho a percorrer para que um dia existamos uns para os outros fora do envenenado círculo de um mútuo e oposto ressentimento: o das novas nações de terem sido colonizadas e o de Portugal de as “ter perdido” como imaginário (e real) prolongamento seu.”

Para depois se abrir à Europa e à sua relação de poder com o mundo e, com a literatura, concluir:

“Na aurora da aventura expansionista europeia um homem de génio pôde imaginar a tragédia deste duplo ressentimento e oferecer à Europa conquistadora e mágica de Próspero a revolta brutal e futuramente justiceira do escravo Caliban. Próspero perdeu o seu império, Caliban recuperou a sua humanidade

24 Eduardo Lourenço, *O Colonialismo como nosso impensado*, Lisboa: Gradiva, 2014 (Organização, prefácio e notas de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), p.123.

25 Referência a Paul Gilroy, *Postcolonial Melancholia*, Columbia University Press, 2006.

26 Jacques Derrida, *Espectros de Marx. O estado da dívida, o trabalho de luto e a nova Internacional*, Rio de Janeiro: Dumaré, 1994, p. 79.

servindo-se da magia de Próspero. Próspero desejaria que Caliban se lembrasse da “educação”, da “ciência” (e porque não da “moral” e da “arte”?) com que o mágico supremo o extraiu das “trevas coloniais”. Mas Caliban é o sem-memória, ou de uma memória-outra, a da longa humilhação do reino de Próspero, da magia de Próspero, do fascínio de Próspero. Nós adivinhamos que rejeitará Próspero, que um dia mesmo o assassinará. Para descobrir por sua própria conta, liberto da opressiva tutela de Próspero, o preço doloroso mas vivificante da sua magia. Tal é a lição da *Tempestade*: da de Shakespeare e da História.”²⁷

Bibliografia

- Lourenço, Eduardo (1958), «A França em questão ou o fim da liberdade como boa consciência», *Jornal da Bahia*, 28 e 30 de Outubro, Caderno 1, pp. 1-2. Acervo de Eduardo Lourenço, Dossier França (AEL-DF), Biblioteca Nacional de Portugal, sob a direção de João Nuno Alçada.
- Lourenço, Eduardo (1982), *O Labirinto da Saudade*, Lisboa: Dom Quixote (1.ª edição, 1978).
- Lourenço, Eduardo (1988), “Do Salazarismo como nosso impensado. Divagação anacrónica ou ainda não”, in *Semanário*, 22 de Janeiro, pp. 54-56.
- Lourenço, Eduardo (1990), *Nós e a Europa ou as duas razões*, 3.ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Lourenço Eduardo (1999), *Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade*, Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, Eduardo (2005), *Heterodoxia I*, Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, Eduardo (2005), *A Morte de Colombo – metamorfose e fim do Ocidente como mito*, Lisboa: Gradiva

27 Eduardo Lourenço, “Ressentimento e colonização ou o complexo de Caliban”, in *Do Colonialismo como nosso Impensado*, Porto: Afrontamento, pp. 216-217. Note-se que Dominique-Octave Mannoni, psicanalista francês, próximo de Lacan, que passou dez anos em Madagáscar publicou *Prospero and Caliban: The Psychology of Colonization*, onde desenvolve a dimensão psicológica da relação colonizador-colonizado, atribuindo ao colonizador o “complexo de Próspero”, caracterizado como alguém em fuga de um complexo paterno, transferido em sentido figurado para o colonizado; o colonizado é alguém dependente que acumula ressentimento. O livro foi criticado por Frantz Fanon, mas teve impacto numa geração de encenadores. Dominique-Octave Mannoni, *Psychologie de la colonisation*, Seuil, 1950, posteriormente publicado em 1984 como *Prospero et Caliban*, e em 1997, como *Le raciste revisité*. Aimé Césaire escreveu ele próprio a peça *Une tempête, d'après « La Tempête de William Shakespeare: adaptation pour un théâtre nègre »*, Paris, 1969.

